

24 JAN 2020

O ESTADO DE S. PAULO

# Ministros querem levar liminar de Fux a plenário

Para Marco Aurélio, suspensão do juiz de garantias 'desgasta' a imagem da Corte; Lewandowski fala em 'insegurança jurídica'

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Um dia depois de o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, suspender por tempo indeterminado a criação do juiz de garantias, integrantes da Corte pressionaram publicamente o colega para liberar o mais breve possível para julgamento as ações que contestam a Lei Anticrime. Um dos receios é de que Fux segure os processos por anos, como fez com a liminar que autorizou o pagamento de auxílio-moradia a magistrados – o benefício custou pelo menos R\$ 1 bilhão. Não há previsão de quando o ministro vai liberar o caso para a análise do plenário.

Para o ministro Marco Aurélio Mello, a medida de Fux – que derrubou uma decisão do presidente do STF, ministro Dias Toffoli – é um “descalabro”, “desgasta barbaramente” o STF e “só gera insegurança jurídica”. O ministro Ricardo Lewandowski, por sua vez, disse que não cabe à Corte avaliar a conveniência do dispositivo, aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, e cobrou o julgamento do tema com rapidez. Como o **Estado** mostrou, a maioria dos ministros do STF é a favor do juiz de garantias.

“O Supremo precisa manifestar-se o quanto antes sobre a constitucionalidade do juiz de garantias, em favor da segurança jurídica, não lhe cabendo fa-

zer qualquer consideração acerca da conveniência ou oportunidade de sua criação, cuja avaliação compete privativamente ao Congresso Nacional e ao presidente da República”, disse Lewandowski.

Anteontem, Fux derrubou uma decisão de Toffoli, que havia prorrogado por seis meses a entrada em vigor do juiz de garantias e até fixado uma regra de transição. O dispositivo prevê dividir entre dois magistrados a análise de processos criminais. Atualmente, o juiz que analisa pedidos feitos pela polícia e pelo Ministério Público na investigação é o mesmo que pode condenar ou absolver o réu.

A canetada de Fux contrariou Toffoli, deixou “estupefatos” ministros e foi duramente criticada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que considerou a decisão “desnecessária e desrespeitosa” com o Parlamento. Por outro lado, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, comemorou. Ele havia recomendado a Bolsonaro o veto ao dispositivo, mas não foi atendido.

**Autofagia.** A exemplo de Lewandowski, Marco Aurélio também quer que o tema seja analisado pelo plenário da Corte o quanto antes. Na avaliação do ministro, o episódio marca um “círculo vicioso” que causa “descrédito” para o Supremo. “Desgasta barbaramente, só gera insegurança jurídica. Nos ombreamos, não há superioridade hierárquica (entre os ministros)

etudo deve ser feito para preservar a envergadura da cadeira do presidente do STF”, afirmou Marco Aurélio.

“É uma autofagia. Isso só leva ao descrédito da instituição, e é muito ruim porque gera insegurança jurídica. Onde já se viu vice-presidente, no exercício da presidência (*no plantão*) cassar ato do presidente? Isso é de um descalabro. Por enquanto, ainda não foi eleito presidente (*do STF*) o ministro Fux, muito menos tomou posse como tal”, acrescentou Marco Aurélio.

Integrantes do STF ouvidos pela reportagem avaliaram que uma das consequências práticas da decisão de Fux, ao derrubar a liminar de Toffoli, foi antecipar a sucessão no tribunal. Fux assumirá o comando do STF apenas em setembro, por um período de dois anos. Procurado pela reportagem, o gabinete de Fux informou que o ministro não se manifestaria.

**Grupo.** Segundo o **Estado** apurou, a liminar de Fux também surpreendeu integrantes do grupo de trabalho criado por Toffoli no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para propor uma regulamentação do juiz de garantias. De acordo com o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, a suspensão da medida, no entanto, não vai afetar o cronograma de atividades.

CONTINUA

24 JAN 2020

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

“Todas as providências serão adotadas e, no prazo determinado pelo ministro Toffoli, será entregue o ato normativo. A decisão do ministro Fux, liminarmente, no exercício da presidência do Supremo, não afeta o cronograma de trabalho”, disse Martins. A equipe deve concluir as funções em 29 de fevereiro.

Em despacho de 43 páginas, Fux apontou a ausência de recursos previstos para a adoção da medida e a falta de estudos sobre o impacto do juiz de garantias no combate à criminalidade. “Observo que se deixaram lacunas tão consideráveis na legislação, que o próprio Poder Judiciário nem sequer sabe como as novas medidas deverão ser adequadamente implementadas”, escreveu o vice-presidente do Supremo.

Fux assumiu o plantão do tribunal no domingo passado, com as férias de Toffoli, e vai seguir responsável pelos casos do tribunal considerados urgentes até a próxima quarta-feira. A decisão foi tomada em uma ação da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) contra a criação do juiz de garantias.

### CRONOLOGIA

#### Do Congresso ao Supremo

##### 11 de dezembro Aprovação

Com alterações em relação à proposta enviada por Sérgio Moro, Lei Anticrime é aprovada no Congresso.

##### 24 de dezembro Sanção

Com 25 vetos, o texto é sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, mantendo o juiz de garantias.

##### 15 de janeiro Prazo

Presidente do STF, Dias Toffoli adia em 6 meses a vigência do juiz de garantias.

##### 22 de janeiro Suspensão

Em decisão liminar, o ministro Luiz Fux suspende a adoção do juiz de garantias por prazo indeterminado.

#### ● Repercussão

“Isso só leva ao descrédito da instituição, e é muito ruim porque gera insegurança jurídica. Onde já se viu vice-presidente, no exercício da presidência, cassar ato do presidente? Isso é de um descalabro.”

Marco Aurélio Mello

MINISTRO DO SUPREMO

“O Supremo precisa manifestar-se o quanto antes sobre a constitucionalidade do juiz de garantias, em favor da segurança jurídica, não lhe cabendo fazer qualquer consideração acerca de sua conveniência.”

Ricardo Lewandowski

MINISTRO DO SUPREMO

24 JAN 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

# Afronta às instituições

Poucas vezes se viu na história recente do País tamanho acinte às instituições, especialmente ao Congresso e ao próprio Poder Judiciário, como o que se viu com a decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo *sine die* a eficácia de trechos da Lei 13.964/2019, especificamente, mas não apenas, as normas relativas à implantação do juiz das garantias. É inadmissível, num Estado Democrático de Direito, que idiosincrasias de um magistrado prevaleçam sobre o Poder Legislativo e também sobre o Poder Judiciário, que deveria funcionar como um colegiado. O que se viu na quarta-feira passada foi um desabrido autoritarismo, a merecer cabal reprovação e urgente correção por parte do plenário do Supremo.

Valendo-se da condição de vice-presidente do STF, Luiz Fux, logo após ter assumido o plantão judiciário do Supremo, revogou decisão proferida pelo presidente do STF uma semana antes. Com o objetivo de dar condições ao Judiciário de se organizar adequadamente perante a nova divisão da competência funcional do magistrado nas ações penais, o ministro Dias Toffoli havia adiado a implantação do juiz das garantias por 180 dias.

Chama a atenção, em primeiro lugar, que, se a novidade já estava adiada, não havia urgência a justificar outra decisão liminar, como fez o ministro Luiz Fux. Tal modo de proceder, absolutamente desnecessário, desprestigia o STF e enfraquece sua autoridade. Em vez de razões e argumentos jurídicos, a voz do Supremo é modulada pelo capricho de seus integrantes. Transmite-se, assim, uma imagem do STF frontalmente contrária à sua missão institucional. O Supremo já não estaria a serviço da Constituição e do Estado Democrático de Direito, e sim de voluntarismos e birras de seus integrantes. Vale observar que danos dessa natureza perderam no tempo muito além da revogação da decisão arbitrária que deu origem à confusão.

As duas liminares não diferem apenas quanto aos prazos da entrada em vigor do juiz das garantias. Ainda que excepcional, o adiamento fixado por Toffoli foi uma solução para viabilizar o que o Congresso havia decidido. No caso da liminar de Fux, a suspensão da aplicação do juiz das garantias é tentativa de negar vigência ao que foi aprovado pelo Congresso. A decisão

representa, assim, direta afronta ao Legislativo, o que o vice-presidente do Supremo reconhece explicitamente em seu despacho.

“A complexidade da matéria em análise reclama a reunião de melhores subsídios que indiquem, acima de qualquer dúvida razoável, os reais impactos do juízo das garantias para os diversos interesses tutelados pela Constituição Federal, incluídos o devido processo legal, a duração razoável do processo e a eficiência da justiça criminal”, lê-se

na decisão de Fux. Ignorando que a matéria é discutida no Congresso há mais de uma década e que magistrados não têm competência para arbitrar sobre decisões políticas do Congresso, o ministro Luiz Fux decreta que faltam “melhores subsídios” quanto aos “reais impactos do juízo das garantias”. A prevalecer esse entendimento, a entrada em vigor das leis deverá estar sujeita ao escrutínio do ministro Fux de que o tema em questão foi suficientemente debatido pelo Congresso.

Surpreendentemente, o mesmo juiz que afirma não ter o Congresso ponderado adequadamente sobre “os reais impactos” da nova medida tem absoluta certeza de que “o juízo das garantias e sua implementação causam impacto financeiro relevante ao Poder Judiciário”. O Congresso não sabe, mas o ministro Fux sabe exatamente quais são os impactos financeiros da novidade processual.

Justiça seja feita, Luiz Fux conhece como poucos o custo financeiro de decisões *sine die*. As liminares do ministro estendendo o pagamento de auxílio-moradia a todos os juizes e promotores do País custaram aos cofres públicos mais de R\$ 1 bilhão. Proferidas em setembro de 2014, elas asseguraram o pagamento do adicional por mais de quatro anos. Que a liminar desta semana não dure tanto tempo e que a lei aprovada pelo Congresso possa entrar em vigor. A despeito do empenho de alguns, aqui ainda vive um Estado Democrático de Direito.

24 JAN 2020

O ESTADO DE S. PAULO

# Moro pode perder Segurança Pública e Polícia Federal

Contra a opinião do ministro, Bolsonaro disse que pode dividir a pasta da Justiça; Moro foi aconselhado por interlocutores a deixar o governo caso seja esvaziado

A possibilidade em estudo pelo presidente Jair Bolsonaro de tirar da pasta de Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública) as políticas de combate à criminalidade – um dos pontos considerados mais positivos do atual governo – pode esvaziar o papel do ministro. Se

o Ministério da Segurança Pública for recriado com o mesmo modelo do governo Michel Temer, Moro seguiria no comando da Justiça, mas perderia o comando da Polícia Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e da Polícia Rodoviária Federal. Interlo-

cutores do ministro o aconselharam a deixar o governo caso a mudança se concretize. Bolsonaro afirmou ontem que a separação das pastas é uma demanda de secretários estaduais de segurança. “Lógico que o Moro deve ser contra”, disse.

COLUNA DO  
ESTADÃO

## General atua para manter união da direita

**S**oaram como tentativa desesperada de manter a direita unida as postagens de Augusto Heleno sobre a nova crise na relação Bolsonaro-Moro. Claro, um rompimento dos titãs do campo conservador tende a ser pior para o presidente, entre outras coisas, porque a rejeição ao ministro é menor e porque cresce entre os brasileiros a percepção de que ele é “leal” ao chefe, indicam pesquisas. Por ora, as reações aos posts serviram para dimensionar o risco: segundo monitoramento preliminar de consultoria independente, Moro teve muito apoio nas reações.

**PRONTO, FALEI!**



**Alvaro Dias**  
Senador (Podemos-PR)

“A recriação do Ministério da Segurança Pública é mais uma tentativa de desidratar Sérgio Moro. Não é a primeira vez que ele é desacreditado.”

SÔNIA RACY

## Menos poder?

No dia em que sofre ameaça velada de Bolsonaro, que admite tirar a segurança pública do seu ministério, Sérgio Moro fez sua estreia, ontem, no Instagram. Em duas horas, alcançou 50 mil seguidores. Começou seguindo apenas o presidente e o Ministério da Justiça. Não deu ‘follow’ ainda na esposa, Rosângela, que está de férias na Itália.

O perfil extraoficial do ministro tem mais de um milhão de seguidores. Consta que é “conta de fã”, mas com “todas as postagens de autoria” do ex-juiz.

24 JAN 2020

# O ESTADO DE S. PAULO

# Proposta de Bolsonaro

# ameaça poder de Moro

Julia Lindner  
Vinicius Valfré / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro iniciou um movimento que pode esvaziar o papel que o ministro Sérgio Moro tem desempenhado à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O risco é calculado por Bolsonaro, que admite contrariar o ex-juiz, retirando da pasta as políticas de combate à criminalidade, uma das principais atribuições da área e que reúne resultados positivos até aqui. Interlocutores já aconselharam Moro a deixar o governo caso ocorra a mudança.

Se Bolsonaro repetir o modelo de Ministério da Segurança Pública do seu antecessor, Michel Temer, Moro perderia o comando da Polícia Federal, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), os três órgãos mais importantes da sua pasta. Ficaria responsável apenas por questões relacionadas a conflitos indígenas, direito do consumidor e outros assuntos de menor protagonismo.

A popularidade de Moro supera a do presidente em pesquisas recentes e seu nome passa a ser cotado como eventual candidato à Presidência. Em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na segunda-feira, o ministro disse que o candidato do governo é o presidente Bolsonaro, mas refutou assinar um documento se comprometendo a não disputar a vaga.

Com a divisão da Justiça, o presidente ainda teria mais condições de impor sua vontade. Ele tentou ano passado, por exemplo, trocar o superintendente da PF no Rio de Janeiro e ameaçou demitir o diretor-geral Maurício Valeixo, mas recuou diante da resistência de

Moro e do desgaste que causou o embate com o ministro.

Ao ser questionado sobre o assunto ontem, Bolsonaro disse que a divisão das pastas é uma demanda de secretários estaduais, com quem se reuniu anteontem no Palácio do Planalto (*mais informações nesta página*). “É comum (o governo) receber demanda de toda a sociedade. E ontem (*anteontem*) os secretários estaduais da Segurança Pública pediram para mim a possibilidade de recriar o Ministério da Segurança. Isso é estudado. É estudado com o Moro. Lógico que o Moro deve ser contra, mas é estudado com os demais ministros”, disse o presidente.

Para embasar seu movimento, Bolsonaro, inclusive, afirmou que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que já travou embates com Moro, concorda com a recriação da pasta da Segurança.

**Contradição.** O presidente deixou claro que, caso decida recriar o ministério, Moro seguiria no comando da Justiça – sem citar que a pasta ficaria completamente esvaziada. Segundo ele, o convite para o ex-juiz integrar o governo, em 2018, foi feito antes de se pensar na ideia de formar um “superministério”.

“Se for criado, aí o Moro fica na Justiça. É o que era inicialmente. Tanto é que, quando ele foi convidado, não existia ainda essa modulação de fundir (*a Justiça*) com o Ministério da Segurança”, afirmou Bolsonaro ontem.

A declaração contradiz o que o próprio presidente disse ao anunciar a entrada do ex-juiz da Lava Jato no governo. “O juiz federal Sérgio Moro aceitou nosso convite para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sua agenda anticorrupção, anti-crime organizado, bem como respeito à Constituição e às leis

será o nosso norte!”, escreveu Bolsonaro, no Twitter, no dia 1º de novembro de 2018.

**Avaliação.** Inicialmente, a avaliação entre auxiliares do presidente era de que Bolsonaro falou o que os secretários gostariam de ouvir, mas ainda não tomou uma decisão. As declarações de ontem, porém, acenderam a luz amarela. No Palácio do Planalto, a medida enfrenta resistência do vice-presidente Hamilton Mourão. “Sou contra, mas quem decide é o presidente”, disse ao Estado. Um dos nomes cotados para assumir a eventual pasta é o do ex-deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que é próximo de Bolsonaro (*mais informações nesta página*).

A quem procurou Moro ontem para tratar do assunto, o ministro respondeu: “Silêncio”.

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

## 2 PERGUNTAS PARA... Alberto Fraga,

ex-deputado (DEM-DF)

**1.** Como avalia o trabalho do ministro Sérgio Moro?  
Na parte da Justiça, faz um bom trabalho. É um ícone, um cara sério, tem popularidade lá em cima. Mas vai dizer que ele entende de segurança pública? Eu vivi a segurança pública por 28 anos e não sei tudo. Sem tirar os méritos do Moro, mas acho que ele poderia reconhecer que não tem os conhecimentos técnicos.

**2.** Criar o Ministério da Segurança Pública não é ‘esvaziar’ Moro?  
Não veria como esvaziamento. Eu diria que o assunto segurança pública comporta um ministério só para resolver isso. Evidentemente que no Ministério da Justiça causará certo esvaziamento. A diferença é que realmente a PF iria para o Ministério da Segurança Pública. O esvaziamento é esse. v.v.

# O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE  
CANTANHÊDE

24 JAN 2020

## Moro, de troféu a alvo

Sem Coaf, PF e Segurança Pública, o que sobraria para o 'superministro' Moro?

**A**o aceitar um ministério no governo Bolsonaro, o juiz e real mito Sérgio Moro tinha clara noção de todos os riscos, mas encarou como missão e como oportunidade de somar o combate à corrupção (agora em nível nacional) e ao crime organizado. Logo, uma super-Lava Jato. Valia a pena. E agora?

Os dois objetivos de Moro, anticorrupção e anticrime organizado, significaram, na prática, reunir novamente os ministérios da Justiça e da Segurança Pública. Moro contava com isso e Bolsonaro anunciou que assim seria. Pois é. Já presidente, ele voltou atrás e está seriamente empenhado em separar as duas pastas.

É assim que Moro, mito da Lava Jato, símbolo do combate à corrupção, personagem mais popular do governo – mais do que o próprio presidente –, perde uma atrás da outra. Em bom e claro português, engole sapos.

Com personalidade fechada, contida, é homem de poucas palavras e menos sorrisos ainda e sempre evitou, no primeiro ano de governo, reagir, reclamar ou fazer muxoxos ao ser atropelado pelo chefe e até se ocupa de elogiá-lo pelas redes sociais. Tudo, porém, tem limite. Qual é o limite do paranaense de Maringá Sérgio Fernando Moro? Essa é a pergunta que não quer calar.

Perder o Coaf já foi uma pancada, porque o órgão de inteligência financeira identifica movimentações atípicas, aciona o sinal amarelo e detona investigações – que podem ou não dar em nada. Mas, depois de apresentar ao Brasil um tal de Queiroz, o Coaf virou uma bolinha de pingue-pongue, pulando de lá para cá, e acabou virando UIF e pendurado no Banco Central. Logo, longe da Polícia Federal e de Moro.

Perder o Coaf já não foi fácil, mas o que dizer da possibilidade de perder a PF? Essa seria, ou será, uma consequência direta e imediata da recriação do Ministério da Segurança Pública. Com o Coaf no BC e a PF em outra pasta, o que Moro ficaria, ou ficará, fazendo no abstrato Ministério da Justiça? Articulando politicamente com o Congresso, como foi obrigado a fazer no pacote anticrime? Não é a dele.

Aí entra uma terceira derrota daquele que adentrou o governo Bolsonaro como “superministro”: depois de acertar com o Senado que Bolsonaro vetaria o juiz de garantias – uma nova figura claramente “anti-Moro” –, o ministro foi solenemente desautorizado pelo presidente da República. O veto não veio, Moro ficou falando sozinho.

Assim, o ministro ficou no meio de um imbróglio envolvendo os três Poderes, ou melhor, os presidentes do Executivo, que não vetou o juiz de garantias; o do Supremo, Dias Toffoli, que foi atropelado pelo vice, Luiz Fux; e o da Câmara, que classificou de “desrespeitosa com o Congresso” a decisão de Fux de suspender a implantação da mudança sem prazo.

Fux causou um fuzuê institucional, com críticas de todos os lados, mas com a comemoração explícita de alguém diretamente interessado: o próprio Moro. Segundo ele, uma medida assim precisa ser amplamente debatida e não é uma questão para o Judiciário, mas para o próprio Legislativo. No fundo, quer jogar o juiz de garantias para as calendas.

Assim, aquela primeira desfeita de Bolsonaro com Moro ficou não apenas distante, como bem pequena: o desconvite para a pesquisadora Ilona Szabó ser uma mera suplente num mero conselho da Justiça. Foi horrível, mas só um aviso.

E ainda vem mais: Moro perdeu o Coaf e pode perder a PF e a Segurança, justamente a área de sua pasta que rende bons índices e boas notícias. Só sobraria a vaga no STF, mas ela já tem dono: alguém “terrivelmente evangélico”. Moro é?

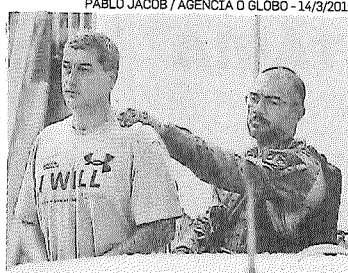
Por trás de tudo isso, uma só explicação: Jair Messias Bolsonaro, que tem mania de perseguição e não suporta competição. Moro era um troféu, virou competidor. E alvo.

24 JAN 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### Promotoria pede que acusados de matar Marielle sejam levados a júri popular

O Ministério Público do Rio pediu ao juiz Gustavo Kalil, da 4.ª Vara Criminal, que o sargento reformado da PM Ronnie Lessa (foto) e o ex-PM Elcio Queiroz sejam levados a júri popular. Os dois são acusados de assassinar a tiros a vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes, em 2018. O processo está em fase de alegações finais – o julgamento deverá acontecer no segundo semestre deste ano. No pedido, os promotores também requerem que a Justiça



PABLO JACOB / AGENCIA O GLOBO - 14/3/2019

mantenha os dois réus em penitenciárias diferentes até que sejam julgados. Eles estão presos preventivamente desde 2019, na mesma penitenciária federal, em Porto Velho (RO).

### Juiz rejeita acusação do MP contra executivos

O juiz Ulisses Pascolati Jr., da 2.ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens, rejeitou denúncia do MP-SP contra os ex-executivos da WTorre Paulo Remy Gillet Neto e Willians Piovezan. Eles eram acusados de corrupção pelo pagamento de propina de R\$ 3 milhões a fiscais da Prefeitura. Para o juiz, não ficou comprovado que os acusados “ofereceram” propina, mas “tão somente pagaram vantagem ilícita exigida pelos funcionários públicos, o que não consubstancia ilícito penal”.

### Glenn vê 'devaneio acusatório' em denúncia

A defesa do jornalista Glenn Greenwald apresentou petição para que o juízo da 10.ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal rejeite a denúncia por organização criminosa apresentada contra ele na Operação Spoofing – investigação sobre invasão de celulares de autoridades. Para os advogados, há “devaneio acusatório” na denúncia do procurador Wellington Divino Marques de Oliveira.

### Ex-chefe de gabinete de Beto Richa é condenado

O juiz Paulo Sérgio Ribeiro, da 23.ª Vara Federal de Curitiba, condenou Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete do ex-governador Beto Richa, e o empresário Jorge Atherino por propina paga pela Odebrecht em contrato de R\$ 7,2 bilhões para exploração e duplicação da PR-323. Roldo foi sentenciado a 10 anos e 5 meses de prisão e Atherino, a 4 anos e 9 meses. As defesas não foram localizadas para comentar.

**R\$ 3,5 mi**  
TERIA RECEBIDO  
DEONILSON ROLDO  
EM PROPINA, DIZ  
A DENÚNCIA

### Procurador se manifesta contra recurso de Lula

O procurador regional da República Maurício Gotardo Gerum se manifestou contra recursos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de outros condenados no processo do sítio de Atibaia. Em parecer ao Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), o procurador diz que “não há obscuridade, contradição ou ambiguidade” na decisão da Corte que confirmou sentença de primeira instância e aumentou a pena do petista para 17 anos e 1 mês de prisão. Para o procurador, há “mero inconformismo” da defesa.

24 JAN 2020

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **Justiça pela Paz em Casa movimentou mais de 120 mil processos**

Em 2019, a Justiça brasileira deu andamento a mais de 120 mil processos de violência doméstica contra mulheres, entre eles, de feminicídio ou tentativa de feminicídio. Os processos foram analisados durante as três edições das Semanas Justiça Pela Paz em Casa – ocorridas em março, agosto e novembro, em todos os estados. Os dados estão publicados no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base nos números encaminhados pelos tribunais estaduais de todo o país ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ) do órgão. Acesse aqui o Relatório da 15ª Semana Justiça Pela Paz em Casa.

A 15ª edição da ação, ocorrida em novembro de 2019, movimentou ao todo 30.043 mil processos de violência doméstica, entre eles 170 casos de feminicídios ou tentativas de feminicídios. O número corresponde a 3,41% do total de processos em andamento no país. Em cinco dias de funcionamento, a Justiça realizou mais de 18 mil audiências, concedeu 9 mil medidas protetivas e avaliou o mérito em 10,5 mil processos. No período, havia 998 mil processos em andamento. Nas edições anteriores, ocorridas em março e agosto, houve andamento em aproximadamente 40 mil (14ª) e 51 mil (13ª) processos, respectivamente.



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

24 JAN 2020

## **Não dão trégua a Richa**

O coordenador da Lava Jato na Procuradoria-Geral da República, José Adonis Callou de Araújo Sá, enviou petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Plenário delibere e restrinja a competência do ministro Gilmar Mendes em processos das operações Integração I e II.

A petição aponta que, apesar dos casos estarem sob a relatoria do ministro Roberto Barroso, Gilmar concedeu habeas corpus a quatro investigados por meio da extensão de habeas corpus concedido ao ex-governador do Paraná Beto Richa e outros no âmbito da Operação Rádio Patrulha. A Procuradoria sustenta que houve “atalho às regras de distribuição de processos no Supremo e à competência dos demais tribunais”. A PGR define a situação como “flagrante supressão de instância”.

A peça relata que o habeas corpus concedido a Richa baseou-se na ação de descumprimento de preceito fundamental ADPF 444, na qual o Plenário declarou a impossibilidade de condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório. O argumento é de que a prisão de Richa contrariou o entendimento fixado pela ADPF, uma vez que teria substituído a condução coercitiva.

## **ROSSONI APROVADO**

Boa notícia para Valdir Rossoni. As contas da candidatura de Rossoni para deputado federal em 2018 foram julgadas e aprovadas por unanimidade pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

## **QUEM FESTEJOU**

O procurador Wellington Divino de Oliveira está acusando Glenn Greenwald de associação criminosa no inquérito que apura a quebra de sigilo de mensagens de autoridades da Lava Jato. O presidente Jair Bolsonaro, que já chegou a ameaçá-lo de prisão, foi um dos que mais festejou. Seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro comemorou a atuação e disse que o repórter do The Intercept Brasil “poderá jogar futebol na cadeia com um deputado do PSOL”.

24 JAN 2020

FOLHA DE LONDRINA

# Ex-chefe de gabinete de Richa é condenado na Operação Piloto

**Na primeira sentença da operação braço da Lava Jato,  
Deonilson Roldo recebe pena de dez anos  
de prisão em regime fechado; suposto operador  
do grupo do ex-governador também é condenado**

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** - Um dos homens fortes do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), o ex-chefe de gabinete Deonilson Roldo foi condenado a dez anos e cinco meses de regime inicial fechado, além de pagamento de multa, pelos crimes de corrupção passiva e fraude à licitação. A sentença do juiz federal substituto Paulo Sérgio Ribeiro, da 23ª Vara de Curitiba, é a primeira no âmbito da Operação Piloto, que investiga irregularidades na duplicação da PR-323.

O empresário Jorge Theodócio Atherino, considerado o operador financeiro do grupo político que comandava o Estado, também foi condenado por corrupção passiva. A pena é de quatro anos, nove meses e 15 dias, em regime inicial semiaberto. Os dois foram absolvidos das imputações do crime de lavagem de dinheiro. As partes foram intimadas e podem apresentar recursos.

Os advogados Daniel Laufer e Maria Francisca Accioly, que representam Atherino, afirmam, em nota, “que a sentença proferida é manifestamente contrária à prova dos autos”. “Restou comprovado que Jorge Theodócio Atherino não participou de atos de corrupção, tese a ser abordada, entre outras, perante o TRF4 no momento oportuno”, escrevem.

A FOLHA também tentou contato com a defesa de Deonilson Roldo, mas não conseguiu retorno até o fechamento desta edição.

O juiz julgou parcialmente procedente as acusações feitas pela força-tarefa da Lava Jato, no MPF (Ministério Público Federal), em 2018. Beto Richa é réu em outra ação penal, que ainda está em tramitação, mas nega qualquer ilícito. Ainda foram condenados quatro executivos e funcionários do Grupo Odebrecht, que firmaram acordo de colaboração.

Conforme o MPF, ficou comprovado o pagamento de propina pela construtora a integrantes da gestão tuicana, para obter favores ilegais relacionados à PPP (Parceria Público-Privada) da PR-323, entre os municípios de Francisco Alves e Maringá, no Noroeste.

De acordo com a força-tarefa, executivos da Odebrecht fizeram um acordo com Deonilson Roldo para que ele limitasse a concorrência da licitação, favorecendo a empreiteira e dispensando formalidades legais do certame. Em contrapartida, a empresa pagaria R\$ 4 milhões a Roldo e ao seu grupo. Ainda segundo o MPF, ao menos R\$ 3,5 milhões foram pagos, com intermédio de Jorge Atherino.

O consórcio liderado pela Odebrecht foi o único a participar do pregão e venceu, entretanto, a obra, orçada em R\$ 7,2 bilhões, não saiu do papel.

24 JAN 2020

FOLHA DE LONDRINA

# Governo já responde a dez ações judiciais após erros no Enem

## MEC recebeu 172 mil mensagens com reclamações de candidatos sobre seus desempenhos

Paulo Saldaña

Folhapress

**Brasília** - O governo do presidente Jair Bolsonaro já responde a dez ações judiciais após a divulgação de notas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2019 com erros. Ações pedem revisão da correção da prova e também suspensão do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), sistema que seleciona alunos para universidades públicas a partir do desempenho no exame.

Após comemorar o que seria o melhor exame da história, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou no sábado (18) que milhares de participantes haviam recebidos notas com erros.

Com a divulgação do problema, a pasta recebeu 172 mil mensagens com reclamações de candidatos sobre seus desempenhos. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) diz que a falha atingiu 5.974 candidatos, que tiveram os resultados alterados.

Até o fim da manhã desta quinta-feira (23), havia nove ações ajuizadas em cinco unidades da federação, segundo a Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU (Advocacia-Geral da União), que atua nesses casos. O órgão identificou nesta tarde uma nova ação, individual, no Rio de Janeiro, com pedido de alteração de notas.

No Distrito Federal, há três ações. Dois mandados de segurança pedem a suspensão do Sisu e a revisão do processo de correção das notas. Também há uma ação popular com pedido de reabertura dos prazos para que estudantes possam pedir revisão de notas, além da prorrogação do prazo de inscrições do sistema.

O governo manteve a abertura do Sisu nesta terça-feira (21), mas estendeu o prazo de inscrições até domingo (26), dois dias além da previsão inicial. O site, que reúne vagas de instituições públicas com acesso a partir do Enem, já recebeu 1,4 milhão de inscritos. Mandados de segurança impetrados em Minas Gerais e no Pará pedem revisão da correção da prova. Com relação a essa ação do Pará, a Justiça Federal concedeu liminar em que pede alteração de nota de uma participante. Uma ação individual em Goiás demanda a divulgação dos espelhos dos gabaritos preenchidos. No mesmo estado, outro mandado de segurança exige a retificação das notas e que seja aceita inscrição no Sisu após isso. Ainda há uma ação popular no Maranhão em que também se pede a suspensão da abertura do Sisu. As ações foram ajuizadas desde a última sexta-feira (17), data em que o governo liberou o acesso aos resultados. Desde aquele dia participantes relatam

nas redes sociais estranhamento com as notas. Estudantes descontentes registraram ao menos 250 representações nas procuradorias da República pelo País.

O Inep argumenta que, a partir dos erros identificados, revisou o resultado de todos os participantes. Contra a judicialização do Enem, o instituto organizou uma força-tarefa para lidar com processos e informou estar preparado para ações. Por causa do modelo matemático adotado no Enem, as notas dos participantes dependem não apenas da quantidade de acertos, mas também de quais foram eles -quem erra questões fáceis e acerta difíceis pode, por exemplo, ter uma nota menor. O cálculo das notas leva em conta uma série de informações estatísticas. Dessa forma, o candidato não tem como calcular sua pontuação nem ter certeza se ela está correta.

No caso dos estudantes que o Inep já reconheceu terem recebido a nota errada, falhas na gráfica não identificaram a dissociação entre o candidato e a respectiva cor de sua prova. Assim, participantes que fizeram a prova de uma cor tiveram o gabarito corrigido como se fosse de outra. A gráfica Valid passou a imprimir a prova desde o ano passado, mesmo sem ter experiência nesse tipo de serviço.

TRIBUNA DO PARANÁ 24 JAN 2020

# CAIU A CASA DE ROLD

Chefe de gabinete e 'operador' de Richa são  
condenados por propinas da Odebrecht

O juiz federal Paulo Sérgio Ribeiro, da 23ª Vara Federal de Curitiba, condenou na terça-feira passada, dia 22, Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete do ex-governador Beto Richa (PSDB), e Jorge Theodócio Atherino, empresário apontado como "operador" do tucano, pelas propinas pagas pela Odebrecht no âmbito do contrato de R\$ 7,2 bilhões para exploração e duplicação da PR-323, entre os municípios de Francisco Alves e Maringá.

Roldo foi sentenciado a 10 anos e 5 meses de prisão em regime inicial fechado por corrupção passiva e fraude à licitação. Atherino terá de cumprir 4 anos, 9 meses e 15 dias em regime inicial semiaberto, por corrupção. Ambos ainda terão de pagar multas, mas foram absolvidos das imputações do crime de lavagem de dinheiro.

O ex-chefe de gabinete de Richa e o suposto operador foram presos preventivamente na Operação Piloto, fase 53 da Lava Jato desencadeada em setembro de 2018.

O ex-governador foi preso no mesmo dia no âmbito de outra operação, a Radiopatrulha, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná. Quatro meses depois, em janeiro de 2019, Roldo e Atherino foram soltos.

Na Piloto, a Polícia Federal vasculhou a sede do Palácio Iguazu atrás de

**"Operação Piloto", que leva esse nome em referência a Beto Richa, tem suas primeiras condenações.**

registros de entrada no edifício e nos gabinetes do ex-governador. O nome da operação foi dado em referência ao suposto codinome de Beto Richa, "Piloto", nas planilhas do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, a famosa máquina de propinas da empreiteira.

O ex-governador é réu em outra ação penal, que ainda está em curso.

Segundo a denúncia – apresentada em 2018 contra 11 investigados no total – os ex-diretores da Odebrecht Luiz Antônio Bueno Junior e Luciano Ribeiro Pizzatto prometeram propina de R\$ 4 milhões a Deonilson Roldo, em troca de favorecimento na Parceria Público Privada (PPP) para exploração e duplicação da PR-323.

Os procuradores indicaram ainda que o sistema de contabilidade informal do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht registrou o pagamento, em setembro de 2014, de R\$ 3,5 milhões em espécie, em cinco parcelas.

A sentença do juiz Paulo Ribeiro, de 255 páginas, também atingiu Benedicto Barbosa da Silva Junior, o "BJ", ex-presidente da Odebrecht, Luiz Antônio Bueno Junior, ex-diretor da empreiteira, além de Fernando Migliacchio da Silva e Maria Lucia Tavares, funcionários apontados como

responsáveis pelo Setor de Operações Estruturadas.

Por causa das delações dos executivos e funcionários da empreiteira, as penas a eles aplicadas foram substituídas pelas sanções previstas nos acordos de colaboração.

O magistrado absolveu Luiz Eduardo Soares, também apontado como integrante do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, Olívio Rodrigues Junior, que segundo o Ministério Público Federal controlava contas secretas no exterior, e Adolpho Julio da Silva Mello Neto, suposto operador do mercado de câmbio paralelo.

A sentença registra ainda que Álvaro José Galliez Novis – outro suposto operador do mercado de câmbio negro – teve a ação penal suspensa por já ter recebido pena máxima permitida na delação premiada, e indica que as imputações contra Luciano Ribeiro Pizzatto, diretor da Odebrecht foram desmembradas para outro processo.

## Defesas

A reportagem busca contato com as defesas de Deonilson Roldo, Jorge Atherino e dos demais condenados. O espaço está aberto para as manifestações.

24 JAN 2020

## FOLHA DE S. PAULO

# Dar um basta

Decisões solitárias como a de Luiz Fux sobre juiz das garantias causam insegurança e devem ser contidas

Causa perplexidade a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, proferida na quarta-feira (22), que suspendeu a implantação do juiz das garantias, figura criada pelo Congresso Nacional e sancionada em dezembro pelo presidente Jair Bolsonaro.

Em primeiro lugar, porque revoga a liminar dada pelo presidente da Corte, Dias Toffoli, que uma semana atrás considerara o instrumento constitucional, mas avaliara que o Judiciário necessitava de mais tempo para efetivar a medida.

Os tribunais teriam então seis meses, e não mais apenas um, para se adaptar à nova categoria, incumbida de acompanhar a investigação, receber a denúncia e autorizar medidas como prisões preventivas, quebra de sigilos, bloqueio de bens e buscas e apreensões.

Fux, contudo, e de forma monocrática, achou por bem atropelar Toffoli, numa decisão que não só amplifica radicalmente a insegurança jurídica como aumenta o descrédito do STF ao atentar contra a liturgia de um órgão que deveria funcionar de forma colegiada.

Não surpreende assim a reação do ministro Marco Aurélio, que classificou de “descalabro” e “autofagia” a decisão do colega de Corte.

O ato de Fux, ademais, como ocorre com frequência no Supremo, interfere de forma flagrante nos domínios dos outros Poderes da República, suspendendo medi-

da que, independentemente do mérito, cumpriu o devido rito legal.

É sem dúvida preocupante que ministros da Corte se arroguem poderes executivos, legislem ou atravanquem a tarefa de governar, sem que para tanto tenham sido eleitos e, mais grave, sem que assumam as consequências de seus atos.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se mostrou indignado com a ação de Fux, a qual tachou de desnecessária e desrespeitosa com o Parlamento e com o governo.

Não bastassem as questões quanto à forma, a decisão do ministro ainda turva um debate sobre o qual há muitas dúvidas. Em sua sentença, invocou o argumento de que a implementação do juiz das garantias trará “impacto orçamentário de grande monta” aos tribunais.

Deixando-se de lado a repentina preocupação do ministro com a higidez financeira do Judiciário, cujos cofres, em razão de liminar sua em 2014, despenderam bilhões de reais com o aberrante pagamento de auxílio-moradia a todos os juizes do país, o fato é que não há estudos que sustentem tal afirmação.

Encontra-se no Senado, pronto para ser votado pelo plenário, projeto de lei que restringe a atuação individual de ministros do STF contra leis e atos do poder público. Sua aprovação certamente evitará que barafundas legais como a gerada pela decisão solitária do ministro Fux não voltem a ocorrer.

24 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Ministros do STF querem julgar logo a liminar de Fux sobre juiz das garantias

Em decisão provisória, magistrado suspendeu implantação da figura por tempo indeterminado

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA Integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal) se movimentam para que a decisão liminar (provisória) do ministro Luiz Fux que suspendeu, por tempo indeterminado, a implantação do juiz das garantias seja apreciada pelo plenário em breve.

Magistrados e auxiliares da corte consultados reservadamente pela reportagem nesta quinta-feira (23) lembraram que liminares de Fux sobre o auxílio-moradia ficaram vigentes por cerca de quatro anos, de 2014 a 2018.

Elas acabaram revogadas pelo próprio ministro, após o Executivo conceder reajuste para a magistratura, sem que o plenário chegasse a analisar o tema. Os consultados dizem esperar que isso não se repita.

Na quarta (22), Fux revogou decisão do presidente do Supremo, Dias Toffoli, que prorrogava por seis meses (180 dias) o prazo para a efetivação do juiz das garantias.

A previsão inicial da lei é que a nova figura, criada pelo Congresso no pacote anticrime que Jair Bolsonaro sancionou em dezembro, entrasse em vigor nesta quinta.

O ministro Fux tomou a decisão ao assumir o plantão do Supremo durante o recesso,

“

Os integrantes do Supremo ombreiam, não há superioridade hierárquica (...).

O que ocorre em termos de autofagia provoca descrédito para a instituição

Marco Aurélio Mello

criticando a revogação de liminar de Toffoli por liminar de Fux

no lugar de Toffoli. As atividades normais da corte serão retomadas no dia 3.

Fux é o relator de quatro ações que questionam a constitucionalidade do juiz das garantias. Um dos ouvidos pela reportagem disse não descartar que alguma entidade interessada no tema ingresse com pedido de suspensão da decisão do ministro.

A liminar foi criticada publicamente pelos ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, que anteriormente já se mostraram favoráveis à instituição do juiz das garantias.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) informou que, a despeito da decisão de Fux, o grupo de trabalho criado

por Toffoli para regulamentar a implantação da nova figura continuará em atividade.

Segundo o coordenador do grupo, ministro Humberto Martins, a decisão de Fux “não afeta o cronograma de trabalho, pois a decisão de mérito do juiz das garantias e da constitucionalidade da lei 13.964/2019 [pacote anticrime] será apreciada e julgada pelo pleno do STF”.

“A normatização da lei junto aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro é da competência do CNJ, sem qualquer interpretação da sua constitucionalidade”, afirmou o órgão.

No Supremo, a expectativa é que, ao apresentar sua proposta de regulamentação do juiz das garantias, o grupo de trabalho aumente a pressão sobre Fux para que o assunto vá ao plenário. A equipe do CNJ tem até 29 de fevereiro para realizar os estudos.

Pela nova lei, o juiz das garantias será responsável por acompanhar os inquéritos, analisando pedidos de quebra de sigilo e de prisão provisória, até o recebimento da denúncia. Não poderá atuar na fase posterior, da ação penal.

CONTINUA

Assim, os processos criminais ficarão sob a responsabilidade de dois juizes, um que vai supervisionar a investigação (o juiz das garantias) e outro que vai julgar o acusado (o juiz de instrução e julgamento). Defensores da criação da nova figura afirmam que ela ajudará a assegurar a imparcialidade das decisões do Judiciário — argumento que Fux refutou em sua liminar.

Uma das pessoas ouvidas pela reportagem afirmou que a lei que trata das ações de controle de constitucionalidade impõe que decisões cautelares que suspendem leis, como a de Fux, sejam rapidamente levadas ao plenário. Esse será um dos argumentos de pressão para uma análise célere do tema.

A lei (nº 9.868/1999), porém, não estabelece prazo para que uma decisão cautelar seja levada ao colegiado. O regimento interno do STF também não estipula um tempo limite.

“Não cabe ao Judiciário manifestar-se sobre a oportunidade ou conveniência da criação do juiz de garantias, cuja avaliação compete privativamente ao Congresso Nacional e ao presidente da República”, afirmou em nota o ministro Lewandowski, para quem a medida de Fux deve ser apreciada em breve.

O ministro Marco Aurélio disse que decisões de membros do STF que cassam liminares de seus pares são autofagia e causam o descrédito da instituição.

“Tudo começou anos atrás quando o ministro Gilmar Mendes cassou liminar que implementara para o garoto Sean [Goldman], antes de ser entregue ao pai americano, ser ouvido no Brasil. Eis a ironia: já agora, decisão do presidente é revista pelo vice-presidente”, disse Marco Aurélio.

“Alguma coisa está errada. O ministro Toffoli, ao término do ano de 2018, no exercício da presidência, suspendeu

várias liminares que [eu] implementara no recesso e que diziam respeito à prisão em segunda instância, à flexibilização da licitação na Petrobras e à votação aberta para eleição da Mesa do Senado. Foi muito ruim em termos de prevalência da instituição Supremo”, continuou.

Segundo o ministro, “o correto é ter-se a revelação de inconformismo no processo por parte interessada e levar-se ao colegiado a matéria”. “Os integrantes do Supremo ombreiam, não há superioridade hierárquica nem mesmo considerada a presidência. O que ocorre em termos de autofagia provoca descrédito para a instituição.”

Ao menos outros dois ministros têm dito, reservadamente, que a decisão de Fux prejudicou a imagem da corte e a colocou novamente no centro do noticiário.

De acordo com relatos de interlocutores dos ministros, Toffoli e Fux conversaram sobre as ações que contestavam o juiz das garantias e o presidente da corte não foi surpreendido com a revogação de sua liminar. Fux, que é vice-presidente do tribunal, sucederá Toffoli na presidência do STF a partir de setembro.

Uma das leituras feitas nos bastidores é que, ao suspender por prazo indeterminado um dispositivo legal que já estava suspenso por seis meses, Fux sinalizou que não pretende resolver a controvérsia nesse prazo.

Outra leitura de pessoas favoráveis ao juiz das garantias é que a decisão de Fux deixou os três Poderes descontentes: o Congresso, que aprovou a lei, o Executivo, que a sancionou, e parte considerável do Supremo que vem declarando publicamente que a figura é um avanço para o direito penal brasileiro.

A reportagem não conseguiu contato com o ministro Fux nesta quinta.

## Entenda o papel do juiz das garantias

**O que faz o juiz das garantias?** É o magistrado que fica responsável pela fase de investigação. A ele caberá decretar e prorrogar prisão preventiva, decidir sobre quebra de sigilo, busca e apreensão, interceptação telefônica e questões ligadas à obtenção de provas. Também é o juiz das garantias que decide se aceita a denúncia (elaborada pelo Ministério Público) ou a queixa-crime (no caso de ações penais privadas). A partir do recebimento da denúncia ou queixa, o caso passa para outro magistrado, o juiz da instrução e julgamento. Ele será responsável pelas etapas seguintes (ouvir testemunhas, por exemplo) e pela sentença

## Quando a medida entra em vigor?

Não se sabe. Em decisão liminar (provisória), o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, estendeu o prazo de implantação do juiz das garantias para julho. Antes, a lei previa que passasse a valer já nesta quinta-feira (23). Na quarta-feira (22), contudo, o ministro Luiz Fux derrubou a liminar de Toffoli e suspendeu a implantação da medida por tempo indeterminado. A decisão vale até que o plenário do STF analise o tema, mas ainda não há data marcada para que isso aconteça

24 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Bolsonaro articulou ideia de recriação de pasta que tira poder de Sergio Moro

## Plano não estava na pauta de reunião de secretários de Segurança; general Augusto Heleno diz que a iniciativa não foi do presidente

Igor Gielow, Talita Fernandes e Gustavo Uribe

SÃO PAULO E BRASÍLIA O pedido de recriação do Ministério da Segurança Pública foi articulado com o presidente Jair Bolsonaro antes de sua reunião com secretários estaduais da área, ocorrida na quarta (22) e que reacendeu o processo de fritura do ministro Sergio Moro, conforme a Folha revelou.

O colegiado que reúne os secretários — o Conselho Nacional de Segurança Pública — tinha reunião marcada para as 9h da quarta, em Brasília. Ne-la, a recriação da pasta oriunda do governo Michel Temer (MDB) não constava da pauta.

Duas horas antes do encontro, o secretário de Segurança do Distrito Federal, Anderson Gustavo Torres, foi recebido por Bolsonaro no Planalto.

Por volta das 11h, Torres informou o presidente do Conselho, o baiano Maurício Teles Barbosa, que haveria a possibilidade de encontrar Bolsonaro naquela tarde. Também disse que o tema da reunião seria a recriação da pasta — que foi fundada à da Justiça, criando o superministério entregue a Moro pelo presidente.

Os secretários e seus representantes estranharam, segundo o relato de três dos presentes. Foi feita uma votação, que registrou 11 votos a favor da confecção do pedido de recriação em carta, e 9 contrários.

Apesar do quase empate e de o fórum não estar completo, o encontro no Palácio do Planalto ocorreu.

Um dos argumentos entre os presentes é que o fórum havia pedido há um ano um encontro com Moro e não havia sido atendido ainda.

Isso não dirimiu divergências, contudo. Estados importantes, como São Paulo, são contrários à divisão por considerar que ela dobraria algumas burocracias.

Com a ação transposta ao Planalto, mais sinalizações estranhas para o time de Sergio Moro.

O ministro não foi chamado para a reunião, e oficialmente foi divulgado que ele faltou porque estava em um encontro sobre segurança cibernética com americanos.

Moro teve um encontro com Bolsonaro no Planalto às 11h30, mas o assunto da conversa não foi revelado.

Um representante da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) foi ao Planalto, mas não teve acesso ao encontro entre o presidente e o ministro. O órgão coordena a interação das secretarias estaduais com o ministério de Moro.

Na reunião estavam os secretários, Bolsonaro e os ministros Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Jorge Oliveira (Secretaria-Geral).

O general da reserva Heleno negou, em uma postagem no Twitter, que a ideia tenha partido do Planalto. “A proposta de recriar o Ministério da Segurança Pública não é do presidente Jair Bolsonaro, e sim da maioria dos secretários de Segurança estaduais”, disse, completando que “em nenhum momento o presidente disse apoiar tal iniciativa”.

Heleno também negou que a iniciativa sirva para enfraquecer Moro, o que seria teoria de mentirosos para ele.

Antes de embarcar para a Índia, Bolsonaro voltou a falar sobre o caso. Disse que, se o ministério for recriado, Moro ficaria à frente da Justiça — perdendo assim uma de suas principais bandeiras no cargo, a queda nas taxas de homicídio, tendência iniciada no governo Temer.

“Se for criado, aí ele [Moro] fica na Justiça. É o que era inicialmente. Tanto é que, quando ele foi convidado, não existia ainda essa modulação de fundir com o Ministério da Segurança”, afirmou Bolsonaro, ao deixar o Palácio da Alvorada pela manhã.

“Eles [secretários da Segurança] pediram para mim a possibilidade de recriar o Ministério da Segurança. Isso é estudado. Estudado com o Moro. Lógico que o Moro deve ser contra, mas estudado com os demais ministros.”

CONTINUA



“O Rodrigo Maia [presidente da Câmara] é favorável à criação da Segurança. Acredito que a Comissão de Segurança Pública [da Câmara] trabalhou no passado, também seja favorável”, disse.

O pivô do movimento foi o secretário Torres, um aliado fiel de Bolsonaro e cotado desde o ano passado para substituir o diretor da Polícia Federal, Maurício Valeixo. A Folha o procurou, mas sem sucesso.

Ele é próximo do ex-deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), antigo aliado de Bolsonaro, que acalenta o sonho de virar ministro da Segurança. Fraga é um contumaz crítico de Moro e é conhecido com uma das vozes de Bolsonaro dentro da Câmara.

Em entrevista à Folha, o coronel reformado da Polícia Militar do DF disse que provavelmente aceitaria assumir a nova pasta caso convidado.

“Eu acho Sergio Moro um excelente jurista. Um ícone no nosso país no combate à corrupção. Agora, defendo que a atividade de segurança pública precisa de alguém que seja técnico da área. Ou seja, alguém que militou na área”, disse.

Conforme aliados de Moro, a sinalização dada por Bolsonaro é de desgosto pelo desempenho do ministro em sua entrevista na segunda (20) ao programa Roda Viva (TV Cultura), onde não teria sido enfático na defesa do chefe ante críticas de jornalistas.

Críticos do ministro viram na entrevista a figura de um candidato a presidente, e não a de um servidor do governo.

O flanco de ataque é o mesmo do ano passado, quando Moro quase foi demitido no segundo semestre. Bolsonaro ensaiou remover Valeixo e Moro se colocou contra a ideia.

Agora, se o ministério for recriado, a Polícia Federal e outras estruturas automaticamente saem do controle do ex-juiz símbolo da Lava Jato.

Isso tem implicações diversas. A PF acompanha direta ou indiretamente investigações politicamente sensíveis, como aquelas sobre o filho senador de Bolsonaro, Flávio (RJ), ou a do assassinato da vereadora Marielle Franco.

O secretário Torres também é visto com reserva na corporação, da qual se afastou há quase uma década — é delegado federal. Ele foi alvo de uma acusação, arquivada, de tortura numa operação policial.

Apoiadores de Moro consideram que o movimento atual pode também só visar “dar um susto” no ministro, que se mantém como o integrante mais popular do governo, segundo o Datafolha.

## Presidente erra quando diz que não havia ideia de fusão ao chamar Moro

O Bolsonômetro, ferramenta que reúne afirmações do presidente checadas e contextualizadas pela **Folha**, apontou que é falsa uma declaração dada nesta quinta (23) por Bolsonaro. O presidente disse que “quando ele [Moro] foi convidado, não existia ainda essa modulação de fundir com o Ministério da Segurança”. No entanto, em 1º de novembro de 2018, quando Moro aceitou o convite para o ministério, Bolsonaro afirmou: “A questão da Segurança ir para a Justiça, nós já tínhamos decidido”.

CONTINUA

# 24 JAN 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### Atos e baixos de Sergio Moro

##### ATRITOS

**Ministério da Segurança** Bolsonaro afirmou que pode recriar a pasta da Segurança Pública, que hoje integra o Ministério da Justiça. Com isso, a área sairia da alçada de Moro. O ministro, contudo, tem usado como principal vitrine da sua gestão a redução de homicídios, que foi iniciada no governo de Michel Temer (MDB)

**Mensagens da Lava Jato** A divulgação de mensagens trocadas entre o então juiz da Lava Jato e procuradores da operação colocou em dúvida a imparcialidade de Moro como magistrado

**Pacote anticrime** A lei sancionada por Bolsonaro foi um tanto diferente do projeto apresentado por Moro à Câmara no início de 2019. Foi removida pelo Legislativo, por exemplo, a ampliação das causas excludentes de ilicitude (que abria espaço para a isenção de agentes que cometessem excessos por "escusável medo, surpresa ou violenta emoção"). Das 38 sugestões de vetos que constavam em parecer do Ministério da Justiça enviado ao Planalto, cinco foram atendidas por Bolsonaro (uma de forma parcial). Uma das indicações ignoradas era o veto ao juiz das garantias, que divide a condução do processo penal entre dois magistrados

##### FÓLEGOS

##### Popularidade e confiança

Moro tem melhor avaliação e mais credibilidade junto à população que Bolsonaro, segundo levantamentos do Datafolha. Na última pesquisa, realizada em dezembro, o ministro era aprovado por 53% dos entrevistados. No caso do presidente, eram 30%

##### Prisão após 2ª instância

Após decisão do Supremo que barrou a execução antecipada da pena, o ministro tem liderado esforço no Congresso para criar nova legislação que permita a prisão de condenados em segunda instância

##### Apoio nas ruas

Manifestações de rua têm sido convocadas desde a metade do ano em todo o país para demonstrar apoio ao ex-juiz e à Operação Lava Jato

# FOLHA DE S. PAULO

## BRUNO BOGHASSIAN O dono do passe

24 JAN 2020

BRASÍLIA Jair Bolsonaro e Sergio Moro nunca estiveram tão próximos de um curto-circuito político. Apesar das eventuais homenagens de um e das recorrentes medidas de outro, presidente e ministro parecem cada vez mais dispostos a mergulhar numa disputa de poder inevitável.

Ainda que tenha sido divulgada apenas como uma ideia em estudo, a redução dos atributos de Moro com a possível recriação do Ministério da Segurança mostra que Bolsonaro está disposto a enfrentar o integrante mais popular de seu governo.

O presidente faz questão de turbinar a propaganda oficial que ostenta as estatísticas de redução de crimes violentos, mas indicou claramente que poderia tirar esse brinquedo das mãos do subordinado.

Empacado na pauta anticorrupção (sabotada pelo presidente, aliás), Moro abraçou a bandeira da segurança. Bolsonaro poderia ter dito apenas que as coisas vão bem. Preferiu participar ativamente das discussões e dar combustível ao plano encampado por secretários estaduais.

Embora o ministro seja considerado intocável por parte considerável da base bolsonarista, o presidente não demonstrou nenhum receio em contrariá-lo. "Lógico que o Moro deve ser contra", antecipou-se.

Desde que Moro disse "sim" e entrou no governo, Bolsonaro insiste em dar sinais de que é o dono do passe do subordinado. Disse haver um compromisso para indicar o ministro à primeira vaga aberta no STF em seu governo, mas recuou. Depois, tascou um "quem manda sou eu" ao ameaçar demitir o chefe da Polícia Federal, atropelando o auxiliar.

O presidente quer manter Moro na rédea curta. Ora sinaliza que o ex-juiz seria um vice dos sonhos em 2022, ora indica que ele pode ser seu sucessor em 2026, mas dá outros recados quando o ministro demonstra estar confortável no mundo político.

Bolsonaro age para atordoar um personagem que o ameaça, mas esses choques também desgastam sua imagem entre os seguidores de Moro. Se o ministro decidir enfrentar o chefe, o presidente terá problemas.

# Moro à espera do manto imperial

## Real ameaça à democracia brasileira não vem de tolos e patetas

Que ameaça à democracia representa um clown deprimido que, num surto de mania, resolve envergar as vestes de Goebbels da periferia? Ou um paspalho que confunde Kafka com kafta, infernizando a vida de milhares de estudantes com sua incompetência acima de qualquer suspeita? Ou um outro, terraplanista fanático, que acredita que o rock conduz ao "abortismo" e ao satanismo?

Essas e outras personagens, que inventaram para si mesmas, na última hora, o papel de extremistas de direita em busca de alguma relevância em suas respectivas existências miseráveis, degradam a vida pública, sim. Mas a sociedade sabe se defender de seus delírios, como, felizmente, temos visto. O espectro que ronda a democracia é outro.

A que propósito atende Wellington Divino Marques de Oliveira, procurador da República, que, ao denunciar o jornalista Glenn Greenwald, afronta, com um único ato, a Constituição, o devido processo legal e uma decisão do Supremo, num exemplo escancarado de abuso de autoridade?

Que metafísica influente leva o ministro Luiz Fux a assinar talvez a liminar mais patética da história do Supremo, cassando decisão de um outro colega, suspendendo sem prazo a eficácia do juiz das garantias, previsto em texto amplamente aprovado pelo Congresso?

É falso como nota de R\$ 3, e isso ficará claro — vamos ver quando —, que a lei agride o artigo 96 da Constituição. É falaciosa a tese de que se está criando despesa sem a devida receita. Quem traz tal mácula na biografia é Fux, quan-

do, com uma canetada, estendeu, em 2014, o auxílio-moradia a todos os juizes e membros do Ministério Público.

Permaneceu quatro anos sentado sobre a decisão, ao custo de quase R\$ 1 bilhão por ano. Já tinha em sua biografia a declaração de inconstitucionalidade da lei que regulava o pagamento de precatórios de estados e municípios. Impôs a esses entes, em 2013, um espeto de quase R\$ 100 bilhões, que deveriam ser pagos até 2018. Mandou às favas a economicidade da medida. Pesquisem. Fux criou tal confusão que foi obrigado a conceder liminar suspendendo a própria decisão.

O procurador Divino é o mesmo que apresentou uma denúncia, rejeitada pela Justiça, contra Felipe Santa Cruz, presidente da OAB, inconformado com uma crítica que este fizera a Sergio Moro, pré-candidato indistigado à Presidência da República, que se dedica a um trabalho árduo e cotidiano de sabotar o pouco que pode haver de virtuoso no governo Bolsonaro no que respeita à institucionalidade.

"In Fux we trust" ("confiamos em Fux") é a frase já tornada imortal com que Moro respondeu a uma mensagem de Deltan Dallagnol, que assegurava ao então juiz, em abril de 2016, o pleno alinhamento do ministro com a Lava Jato. A intimidade era tal, revelou The Intercept Brasil, em parceria com meu blog, que Fux fustigou Teori Zavascki porque o então relator do petrolão ousara dar um pito em Moro.

Divino e Fux fazem parte de um movimento. O que ameaça a democracia brasileira é o bonapartismo da aliança entre setores do Ministério Público e do Judiciário. O ainda ministro da Justiça personaliza o que pretende ser um ente de razão, a que se subordinaria toda vida pública no país.

Parte das milícias de extrema direita nas redes sociais já tem seu novo líder: Bolsonaro foi substituído por Moro como demiurgo — ou ogo — de suas fantasias totalitárias. O ponto de ancoragem de sua militância é o ódio às garantias do Estado democrático e de Direito.

Ocorre que o agora ministro da Justiça também fala a outro público. Amplos setores da sociedade brasileira, com destaque para a imprensa, foram convencidos de que o combate à corrupção deveria ser encarado como um valor absoluto. E uma das características do absoluto é a ausência de regras, de parâmetros, de limites.

Não! Não temam os tolos e os patetas. O que nos ameaça são as aspirações daquele que, apostando na ruína de seu chefe, está à espera de que o manto imperial lhe caia sobre os ombros. Se e quando acontecer, parafraseando alguém, então a estátua da Justiça que fica à frente do STF terá ido ao chão.

24 JAN 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Ciúme e guerra

A história da recriação do ministério da Segurança Pública explicitou a queda de braço não oficial entre Jair Bolsonaro e seu ministro mais popular, Sergio Moro (Justiça), além de revelar a disputa interna pelo comando da Polícia Federal. Em reuniões, Moro já se posicionou contrário à indicação de Anderson Torres para chefiar a PF. Secretário de Segurança do DF, Torres foi o principal articulador da recriação da pasta, medida que esvazia os poderes de Moro.

**PLANO B** Com o veto de Moro à sua nomeação, Torres passou a articular a recriação do ministério com o apoio do ex-deputado Alberto Fraga (DEM). O ex-parlamentar tem dito que está quase tudo certo para virar ministro, se a pasta for recriada, e que Torres será seu diretor-geral.

**FOME** O secretário do DF tem se movimentado há quase um ano para virar chefe da Polícia Federal. A colegas, afirma ser o nome perfeito para a "arejada" que Bolsonaro disse à Folha querer dar na PF.

**LIMITE** A disputa pelo poder da PF vem desde agosto, quando Bolsonaro ameaçou trocar o diretor-geral, Maurício Valeixo. O assunto nunca esfriou e a mudança é tratada como provável quase sempre desde então.

**VALIDADE** Nos bastidores, o secretário do DF tinha colocado como prazo limite para a definição de sucessão na PF a data de 31 de janeiro.

**FIM DA LINHA** A aliados, Moro disse que deixará o governo se o ministério foi recriado. Ele afirmou estar chateado. Segundo pessoas próximas, o ministro não falou com o presidente nesta quinta. Na polícia, a história é tratada como um balão de ensaio.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Denúncia suspeita

24 JAN 2020

SÃO PAULO A denúncia oferecida pelo procurador Wellington Oliveira contra o jornalista Glenn Greenwald no caso do hackeamento de autoridades é escandalosamente frágil. Ela é fraca não apenas no plano jurídico mas principalmente no lógico (não dá para participar de um crime depois que ele já foi consumado). A crer nas avaliações de especialistas, é pouco provável que a iniciativa prospere.

Dado o papel central de Greenwald na divulgação das mensagens que abalaram o prestígio da Lava Jato, acho difícil escapar da suspeita de que o corporativismo motivou a denúncia. Se fosse de fato esse o caso, estaríamos diante de um lastimável desvio de função, em que um procurador se vale do poder do qual foi investido para fazer avançar duvidosos interesses de classe em vez dos da sociedade. Pior, fá-lo buscando enfraquecer uma instituição, a liberdade de imprensa, que é importante para a democracia.

O mundo, porém, é um lugar complexo, que esconde efeitos paradoxais. O filósofo John Stuart Mill defendia a tese de que as más ideias precisam circular livremente para que sejam confrontadas com as boas e estas possam triunfar no debate público. Algo semelhante vale para o Direito.

Ações destrambelhadas de juízes e procuradores, embora essencialmente condenáveis, podem, se forem revertidas de forma rápida e veemente, produzir o efeito contrário ao pretendido pela autoridade usurpante. Foi o que vimos quando o STF cassou diligentemente a decisão do desembargador que proibira a exibição do especial do Porta dos Fundos. A ideia vencedora aí foi a de que a censura não é tolerável. De modo análogo, uma contundente rejeição da denúncia contra Greenwald significará que a Justiça brasileira está comprometida com a imprensa livre.

Num momento em que até a cúpula do Judiciário se vê avariada pela polarização, seria importante mostrar que mesmo no Direito ainda existe o certo e o errado.

24 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Namoro põe em risco processo de falência que envolve R\$ 5 bi

Empresa questiona isenção de promotor do caso Boi Gordo

Rogério Pagnan e  
Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO O relacionamento amoroso entre um promotor de Justiça e uma advogada pode comprometer o andamento do processo de falência da Fazendas Reunidas Boi Gordo, que se arrasta nos tribunais de São Paulo desde 2002.

A disputa judicial, uma das maiores do país, envolve 30 mil credores e valores que chegam a R\$ 5 bilhões. Aberta em 1988, a Boi Gordo pediu concordata em 2001 depois que um esquema de pirâmide financeira promovida pela empresa ruiu.

O romance envolve o promotor que passou a atuar no caso em 2009, Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, e a advogada Lívia Gavioli Machado, representante da massa falida no processo.

Lívia é advogada do escritório de Gustavo Sauer, síndico da massa falida, espécie de gestor dos ativos da empresa falida. Cabe a ela e a Sauer defender o interesse de todas as pessoas que tomaram prejuízo com a Boi Gordo.

Advogada e promotor começaram a se relacionar em outubro de 2019, segundo ela.

A ligação entre ambos foi comunicada em 11 de novembro do ano passado à juíza do processo, Paula da Rocha e Silva Formoso, pelos advogados da Forte Colonizadora, uma das partes acusadas

por relação com advogada

“

A paralisação do processo principal e de seus incidentes traria evidente e imensurável prejuízo ao credores e aos demais litigantes

**Paula da Rocha Formoso**  
juíza do caso de falência da Fazendas Reunidas Boi Gordo, ao negar o pedido para que a ação fosse suspensa devido ao relacionamento entre promotor e advogada

de fazer parte do esquema de desvio da Boi Gordo.

Além de documentos sobre a participação do casal no processo, foram anexadas fotos de perfis dela em redes sociais que mostram uma relação de intimidade entre os dois.

Em uma das fotografias, Lívia aparenta estar sentada no colo de Santos (veja acima) em uma reunião de amigos da qual também participa o síndico da massa falida, Gustavo Sauer.

O relacionamento entre promotor e partes do processo contraria dispositivos da lei, entre eles os artigos 145 e 148 do Código de Processo Civil.

O primeiro diz haver suspeição do juiz quando o processo envolver “amigo íntimo ou

inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados”. O segundo, que a suspeição se estende para membros do Ministério Público, auxiliares da justiça e “demais sujeitos imparciais do processo”.

Ao comunicar o relacionamento, a Forte pediu à juíza do processo que suspendesse o andamento da ação e anulasse todos os atos de que o promotor Eronides dos Santos participou.

A magistrada negou o pedido para paralisar o processo sob o argumento de que a ação “traria evidente e imensurável prejuízo aos credores”, mas deu um prazo de 15 dias para que o promotor se explicasse.

“Não se desconhece a gravidade dos fatos aqui tratados”, disse a juíza em despacho. Ela afirmou ainda que a eventual anulação dos atos do promotor seria analisada “no processo principal e em cada incidente específico de forma separada”.

O Ministério Público de São Paulo afirmou que correm procedimentos sigilosos envolvendo o promotor na corregedoria.

Procurado pela Folha, Eronides dos Santos disse que em 2 de dezembro declarou-se suspeito e que não atua mais no processo da Boi Gordo.

**CONTINUA**

A advogada Livia Gavioli Machado afirmou que o relacionamento com o promotor começou em outubro do ano passado, quando ela diz ter deixado de atuar no caso.

Para Fábio Gentile, advogado especializado em processo civil, o afastamento do promotor não encerra o problema.

“Em tese, todos os procedimentos que tiveram participação dele podem ser anulados, se a juíza entender que o promotor foi parcial”, disse.

Para o advogado da Forte, Roberto Iser Júnior, autor da representação, a decisão do promotor (comunicada a ele pela Folha) reforça as evidências de que há envolvimento entre Santos e Livia, o que pode ter interferido na imparcialidade do processo.

“Isso não tira a suspeita dos atos praticados no passado, que podem ser anulados por força dessa suspeição. O processo teria de ser novamente julgado”, afirmou o advogado.

Na petição em que pede o afastamento do promotor, Iser Júnior aponta um segundo suposto conflito envolvendo Eronides dos Santos e o escritório de Gustavo Sauer, síndico da massa falida.

O defensor da Forte coloca em xeque a contratação, por Sauer, da consultoria OAR para a localização e repatriação de ativos de sócios da Boi Gordo. Isso porque um dos donos da OAR, o advogado Rodrigo Kaysserlian, é sócio de um escritório de advocacia que defendeu, em 2015, Eronides dos Santos em uma ação que o promotor moveu contra uma empresa de TV a cabo.

A época, o promotor pedia indenização por cobranças que teriam sido feitas após o cancelamento do serviço de televisão por assinatura.

Em sua petição, Iser Júnior questiona ainda o fato de Kaysserlian ter sido também advogado da massa falida da Boi Gordo. Para ele, a proximidade entre Kaysserlian e o promotor seria “incompatível com a exigida imparcialidade” de ambos no processo.

## Promotor e advogada negam conflito de interesses

### OUTRO LADO

O promotor Eronides dos Santos afirmou, em nota, que deixou de atuar no caso em 2 de dezembro de 2019, quando se declarou suspeito.

“Portanto, fica prejudicado todo e qualquer questionamento sobre impedimento ético de representar o MP-SP [Ministério Público de São Paulo] na ação”, diz.

Ele confirmou que um advogado do escritório de Rodrigo Kaysserlian o defendeu anos atrás em um processo de relações de consumo.

“Aqui, também não há nenhum deslize de natureza ética, uma vez que compete ao juiz, não ao promotor, tomar todas as decisões em âmbito processual”, afirmou Santos.

A advogada Livia Machado disse que o relacionamento com Eronides dos Santos começou em outubro de 2019 e que deixou de atuar no caso no mesmo mês, “quando não havia sido questionada a suspeição do promotor”.

Sobre a contratação da OAR, ela diz que não tem “ingerência sobre as decisões de contratação ou quaisquer outras”.

Síndico da massa falida e sócio do escritório em que Livia Machado trabalha, Gustavo Sauer disse que soube do relacionamento entre a advogada e o promotor em outubro de 2019. Segundo ele, a advogada deixou o processo no final daquele mês.

“Livia não é e nunca foi sócia do escritório e trabalhava, de forma auxiliar, nesse e em outros casos de falência e recuperação judicial que existem no escritório”, afirmou Sauer em nota.

Questionado sobre o fato de Rodrigo Kaysserlian ser sócio da OAR e ter defendido o promotor, Sauer diz “desconhecer esses fatos, mas assuntos particulares não influenciam no andamento do processo”.

Ele afirma, ainda, não ter visto nenhuma irregularidade na atuação do promotor no decorrer do caso Boi Gordo.

Sauer diz também que o processo “responsabilizou o Grupo Golin, incluindo pessoas físicas e jurídicas, dentre as quais a Forte [que pediu a suspeição do promotor], contra os quais está sendo promovida execução para a cobrança de mais de R\$ 2 bilhões.”

Rodrigo Kaysserlian, sócio da OAR, por sua vez, afirmou que tem uma relação profissional com o promotor Santos.

“Quando iniciei meus trabalhos no caso Boi Gordo, eu sequer conhecia Eronides.”

Segundo ele, não há conflito.

“Eronides é promotor de Justiça, não é administrador judicial. Fomos contratados pelo administrador judicial. Prestamos serviços de informação ao administrador, que, por sua vez, analisa a sua relevância e coloca à apreciação do juiz.”

Sobre seu escritório ter defendido uma causa pessoal de Eronides, Kaysserlian diz que não atuou pessoalmente no caso e que também não vê conflito. “Sobretudo se trata de causa de valor ínfimo e foi patrocinada por um de nossos advogados, da área de contencioso nacional (e não de rastreamento de ativos)”, afirma.



24 JAN 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### Deputado e ex-governador de MG são denunciados por improbidade

Carolina Linhares

SÃO PAULO O Ministério Público Federal em Minas Gerais denunciou o deputado federal Newton Cardoso Júnior (MDB-MG) e seu pai, o ex-governador Newton Cardoso (1987-1991), por uso de verba pública para pagar funcionários particulares.

Segundo a Procuradoria, que os acusa de improbidade administrativa, o desvio foi de R\$ 2,9 milhões, correspondente aos salários pagos aos empregados.

Nesta quinta (23), o juiz João Batista Ribeiro, da 5ª Vara Federal Cível de Minas Gerais, bloqueou R\$ 7,8 milhões de Newton Cardoso e R\$ 3,7 milhões de Newton Jr., o que corresponde a quatro vezes o valor do dano aos cofres públicos — uma para o ressarcimento e três para a multa.

Como a Folha revelou em novembro de 2018, cinco pessoas nomeadas como secretários parlamentares por Newton Jr. e pagas pela Câmara dos Deputados trabalhavam como cozinheira, motorista e seguranças em uma casa usada pelo ex-governador em bairro nobre de Belo Horizonte.

A ação pede a perda da função pública dos acusados, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa. Caso seja condenado, Newton Jr., que preside o MDB mineiro, pode perder o cargo de deputado federal.

O Ministério Público Federal aponta que houve “dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da moralidade e da legalidade administrativas”.

Os cinco funcionários foram contratados como secretários parlamentares entre 2011 e 2014, no gabinete do ex-governador, que exercia então seu terceiro mandato como deputado federal.

Ao ser eleito para seu primeiro mandato na Câmara, Newton Jr. deu seguimento às nomeações feitas pelo pai. A investigação do MPF concluiu que essas pessoas sempre exerceram funções domésticas e privadas.

Em depoimento à Procuradoria, os funcionários confirmaram realizar serviços domésticos, de motorista e de vigilância. Eles disseram ainda que a atividade parlamentar e de escritório era feita por outros assessores.

Os seguranças Helvecio Ferreira de Oliveira, José Antônio Ferreira dos Santos e Raphael Mendes dos Santos seguem lotados no gabinete. Mauro Rodrigues dos Passos, motorista, também. Edileide Assis Vieira, que realizava atividades domésticas deixou o gabinete em 2019.

Procurados, o ex-governador e o deputado federal dizem não ter recebido nada a respeito da denúncia e que prestaram todos os esclarecimentos ao MPE. “Restará comprovado junto ao Judiciário que os referidos empregados laboram em imóvel que serve, oficialmente, de escritório parlamentar, conforme cadastro, desde 2011, perante a Coordenação de Gestão de Cota Parlamentar, não se tratando de trabalhos domésticos ou privados e sim de atividades legítimas de apoio inerentes ao exercício do mandato parlamentar.”

24 JAN 2020

## BEMPARANÁ

# Justiça condena ex-chefe de gabinete de Beto Richa

Deonilson Roldo é acusado de receber propina para favorecer Odebrecht

Da Redação

A 23ª Vara Federal de Curitiba condenou, na quarta-feira, o ex-chefe de gabinete do ex-governador Beto Richa, Deonilson Roldo, a 10 anos e cinco meses de prisão por corrupção passiva e fraude a licitação, no âmbito da Operação Piloto, 53ª fase da Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF). Roldo é acusado de ter recebido propina para favorecer a Odebrecht em uma licitação para obras de duplicação da rodovia PR-323, na região Norte do Estado. O empresário Jorge Atherino, apontado pelo MPF como operador financeiro do grupo político do tucano, também foi condenado a 4 anos, 9 meses e 15 de prisão em regime semiaberto, por corrupção passiva.

Os dois também foram condenados ao pagamento de multa e ao ressarcimento no valor de R\$ 4 milhões. Ambos foram absolvidos das imputações do crime de lavagem de dinheiro. Cabe recurso da decisão.

A decisão do juiz Paulo Sérgio Ribeiro é a primeira sentença do caso. Richa responde a outro processo por fraude a licitação, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da opera-



Arquivo/Bem Paraná

Roldo: propina de R\$ 3,5 milhões

ção Piloto, ainda não julgada. Foram condenados ainda outros quatro executivos e funcionários da Odebrecht, que tiveram as penas comutadas em razão de delação premiada.

E setembro de 2018, a força-tarefa Lava Jato denunciou 11 pessoas pelos crimes de corrupção (ativa e passiva) e lavagem de dinheiro. As provas que embasaram a acusação apontam o pagamento de propina pela Odebrecht para em troca de favorecimento na Parceria Público Privada (PPP) para exploração e duplicação da PR-

323, em 2014, cujo valor era de R\$ 7,2 bilhões.

### Compromisso

A denúncia é baseada em gravação de conversa entre Roldo e um executivo do grupo Bertin no Palácio Iguaçu, no início de 2014, no qual o então chefe de gabinete de Richa sugere que a empresa não dispute a licitação, alegando que o grupo político do tucano já tinha um “compromisso” com a Odebrecht. Em troca, a empreiteira teria se comprometido a pagar R\$ 4 milhões ao grupo. Segundo a denúncia, lançamentos registrados no sistema de contabilidade informal da Odebrecht teriam comprovado o pagamento de pelo menos R\$ 3,5 milhões em espécie a Roldo. O destinatário final do dinheiro, de acordo com o MPF, seria Beto Richa.

A defesa de Roldo afirmou que só se pronunciará quando for notificada formalmente pela Justiça. A de Atherino disse em nota que “restou comprovado que Jorge Theodócio Atherino não participou de atos de corrupção, tese a ser abordada, entre outras, perante o TRF4 no momento oportuno”. A de Beto Richa afirmou que não se pronunciará sobre a decisão.

24 JAN 2020

# BEMPARANÁ

## Brasil piora no ranking de corrupção

O Brasil alcançou sua pior colocação e a pontuação mais baixa no ranking sobre a percepção da corrupção elaborado pela Transparência Internacional desde 2012. O País aparece na 106ª posição entre 180 países avaliados pelo Índice de Percepção da Corrupção (IPC) em 2019, divulgado ontem, pela Transparência Internacional. O relatório apontou como entraves ao combate à corrupção no País o que classificou como “interferência política” do presidente Jair Bolsonaro em órgãos de controle e paralisação de investigações que utilizavam dados do Coaf.

Em 2018, o País ficou na 105ª colocação, com 36 pontos, e em 2017 alcançou 37 pontos, no 96.º lugar. O índice é calculado com base nos níveis percebidos de corrupção no setor público por especialistas e empresários - quanto menor a nota maior é a percepção de corrupção no país. O Índice usa uma escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito íntegro). Com 35 pontos, o Brasil aparece com destaque no relatório.

“Após as eleições de 2018, que foram profundamente influenciadas por acentuada narrativa anticorrupção por parte de diversos candidatos, o Brasil passou por uma série de retrocessos em seu arcabouço legal e institucional anticorrupção”, diz o documento.

Retrocesso - Também entre os retrocessos está a liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que em julho do ano passado determinou a paralisação das investigações criminais que utilizavam dados do Coaf e outros órgãos de controle sem autorização judicial prévia. A ação “praticamente paralisou o sistema de combate à lavagem de dinheiro do país”, diz o relatório.

24 JAN 2020

# BEMPARANÁ

## Marco Aurélio critica decisão de ministro Fux

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que a decisão do ministro Luiz Fux que suspendeu a implantação do juiz de garantias por tempo indeterminado - gera insegurança jurídica e “desgasta barbaivamente” a imagem do Supremo, classificando-a como um “descalabro”. Marco Aurélio quer que o tema seja analisado pelo plenário da Corte o quanto antes.

Na quarta-feira, Fux impôs uma derrota ao Congresso, ao presidente Jair Bolsonaro e ao presidente do STF, Dias Toffoli, ao suspender, sem prazo definido, a criação do juiz de garantias. A medida prevê dividir entre dois magistrados a análise de processos criminais. Fux apontou “vícios de inconstitucionalidade” na lei, ao derrubar a determinação de Toffoli, que há uma semana havia prorrogado por seis meses a criação da figura e até fixado uma regra de transição para os processos em andamento no País.

## Bolsonaro estuda tirar Segurança de Sergio Moro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, ontem, que o governo estuda a possibilidade de recriar o Ministério da Segurança Pública mesmo contra a vontade do ministro Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública), que atualmente é o responsável pela área. “É comum (o governo) receber demanda de toda a sociedade. E ontem (quarta-feira) os secretários estaduais da segurança pública pediram para mim a possibilidade de recriar o Ministério da Segurança. Isso é estudado. É estudado com o Moro... Lógico que o Moro deve ser contra, mas é estudado com os demais ministros”, disse Bolsonaro.

O presidente deixou claro que, caso decida recriar o ministério, Moro seguirá no comando da Justiça. “Se for criado, aí o Moro fica na Justiça”, disse. Segundo ele, o convite para o ex-juiz integrar o governo, em 2018, foi feito antes de se pensar na ideia de formar um “superministério” unido Justiça e Segurança.

JORNAL DO ÔNIBUS 24 JAN 2020

# Ex-chefe de gabinete de Richa é condenado

Justiça aplicou pena a seis pessoas por esquema de corrupção

O ex-chefe de gabinete do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), Deonilson Roldo, e o empresário apontado como operador financeiro do político, Jorge Atherino, foram condenados por crimes como corrupção passiva e fraude a licitação em um processo sobre a duplicação da PR-323.

A condenação desta quarta-feira (22), do juiz federal substituto da 23ª Vara da Justiça Federal, Paulo Sérgio Ribeiro, foi a primeira decorrente da Operação Piloto, que teve origem na 53ª fase da Lava Jato, deflagrada em setembro de 2018.

Outros quatro funcionários da Odebrecht também foram condenados pelo juiz, que entendeu ter ficado comprovado o pagamento de propina pela construtora para favorecer integrantes do governo Richa. ●



Deonilson pegou uma pena de 10 anos de prisão


## Gilmar e Richa

O coordenador da Lava Jato na Procuradoria-Geral da República, José Adonis Callou de Araújo Sá, enviou petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Plenário delibere e restrinja a competência do ministro Gilmar Mendes em processos das operações Integração I e II. A petição aponta que, apesar dos casos estarem sob a relatoria do ministro Roberto Barroso, Gilmar concedeu habeas corpus a quatro investigados por meio da extensão de habeas corpus concedido ao ex-governador do Paraná Beto Richa e outros no âmbito da Operação Rádio Patrulha.

24 JAN 2020

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Aras indica Lindora Araújo para coordenar Lava Jato

 O procurador-geral da República, Augusto Aras, anunciou ontem que a subprocuradora-geral Lindora Maria Araújo será a nova coordenadora do grupo de trabalho da Lava Jato na Procuradoria-Geral da República. Ela ocupará o lugar de José Adonis Callou de Araújo Sá, que pediu para deixar a coordenação. O coordenador da Lava Jato na Procuradoria tem como função coordenar coleta de depoimentos, de provas, coordenar audiências, requisitar informações, e participar de negociações sobre acordos de delação premiada. Além da entrada de Lindora, Aras também anunciou para compor o grupo os procuradores Alessandro José Fernandes de Oliveira; Hebert Reis Mesquita; Leonardo Sampaio de Almeida; Luana Vargas Macedo; Maria Clara Barros Noleto; Victor Riccely Lins Santos; Raquel Branquinho; e Vladimir Aras. ●

### Moro no Instagram

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sergio Moro, anunciou nesta quinta-feira, 23, em sua conta no Twitter, que resolveu criar um perfil também no Instagram. Segundo o ministro, sua entrada na rede social atende a um pedido de sua mulher, a advogada Rosângela Moro. "A pedido da minha esposa, estou finalmente entrando no Instagram. É uma forma de prestar contas à sociedade. Isso no dia 23 de janeiro, provando que esse perfil é meu mesmo", disse. ●